

CRUZ, Terezinha Rosa. *Educação e Organização social: estudo comparado dos sistemas de educação dos EUA, URSS e Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1984. 256 p.

Rosa Cruz busca analisar, no presente trabalho, o processo de interação entre o sistema educacional de dois países desenvolvidos — Estados Unidos e União Soviética — com seus respectivos contextos sociais, políticos, culturais, econômicos e educacionais, para confrontá-lo com o processo de interação entre educação e sociedade em um país não-desenvolvido — o Brasil. Utilizando-se da teoria da organização educacional como sistema social, pretende explicar o papel da educação no desenvolvimento desses países.

A autora tem como pano de fundo para a sua análise a crença do povo na sua capacidade de realização e o espírito de associatividade, cooperação e ajuda mútua. Estas atitudes, mais presentes nos povos desenvolvidos, constituem fatores fundamentais para o avanço de muitas nações, bem como a causa principal da diferença entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos.

Neste contexto, pôde observar que a educação, nos EUA e na URSS, exerce papel de grande poder na construção desses países, tendo ambos maneiras distintas de orientá-la, de modo a alcançar sua interação com o meio e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Pressupondo que esta interação existe e, tendo em vista as diferenças de regimes políticos, idéias e crenças e o fato de terem um sistema de planejamento altamente determinado, indaga a autora:

1) a interação da organização educacional com os setores de desenvolvimento social processar-se-ia de forma espontânea nos EUA e programada na URSS?

2) o processo de interação dos EUA ter-se-ia operado com preponderância do econômico-educacional sobre o sócio-cultural?

3) relaciona-se o ensino técnico e profissional mais com o desenvolvimento na URSS do que nos EUA?

Tendo em vista tais questões, analisadas no decorrer do estudo, e considerando a possibilidade de que a interação da educação com os demais setores que compõem o sistema social seja um fator de desenvolvimento Rosa Cruz propõe-se a:

“a) constatar se houve e ainda há nos Estados Unidos e na União Soviética crença no poder da educação para o desenvolvimento, e de que forma essa crença contribuiu ou está contribuindo para mobilizar a interação da organização educacional com o meio social, econômico, político e cultural; b) identificar qual o papel que o ensino técnico e profissional, no contexto da organização educacional, desempenham no desenvolvimento de cada um desses países mediante a análise comparativa dos modelos de interação da organização educacional com o meio social, econômico, político e cultural; c) confrontar os resultados da análise à luz dos fundamentos propostos para verificar a importância do processo de interação da organização educacional com o meio, como uma forma de assegurar a constância do processo do desenvolvimento das nações em via de desenvolvimento; d) construir um modelo de análise para o caso brasileiro, centrado na experiência histórica de país em processo de desenvolvimento, na tentativa de se alcançar algumas premissas que venham aclarar os caminhos para o nosso sistema educacional.”

A metodologia adotada para o tratamento dos dados baseou-se em “alguns princípios gerais da linha dos comparatistas clássicos”.

A autora preocupou-se em fazer uma abordagem sistêmica com a "intenção de verificar como se comportavam as organizações educacionais ao serem comparadas as diferenças e as semelhanças entre os seus componentes sistêmicos", ou seja: Insumos ou Entradas (inputs), Variáveis de Ação, Variáveis Essenciais, Transformação e Produtos ou Saídas (outputs).

Os Insumos (inputs) da organização educacional são as "entradas ou tudo aquilo que vem do universo exterior para dentro da organização educacional e que influi na qualidade, objetividade e adequabilidade do ensino em função da realidade social, econômica, política e cultural". Podem ser avaliados através da ideologia (princípios e crenças), insumos econômicos e materiais, planejamento da educação, legislação do ensino e política administrativa, recursos humanos e alunos.

As Variáveis de Ação referem-se aos "tipos de ação que se ligam diretamente à dinâmica da organização", sendo avaliadas através da estrutura e organização do ensino, da política de organização de currículos e programas, do sistema de gestão, da participação da família, de empresas e associações e outras entidades culturais, sociais, religiosas.

As Variáveis Essenciais são os valores e metas quantitativos estabelecidos pelo sistema para as escolas, sendo abordadas da seguinte forma: metas educacionais e desenvolvimento econômico; metas educacionais e desenvolvimento social; metas educacionais e desenvolvimento político e cultural (científico, tecnológico e artístico).

Transformação refere-se ao processo de transformar insumos em produtos, que pode ser avaliado através dos "métodos e processos inovadores ou conservadores de conduzir a aprendizagem, segundo a filosofia que os orienta: ênfase curricular na educação e/ou na formação especial; grau de determinação e controle do processo de transformação; natureza da formação dos educandos quanto aos princípios éticos e morais básicos e às atitudes sociais, cívicas e de responsabilidade para com o ambiente". Os produtos da organização educacional são os alunos formados pelo sistema. São considerados indicadores do produto da educação ou da rentabilidade da educação o número de alunos formados

em relação ao número de alunos matriculados e o grau de satisfação das necessidades do mercado de trabalho.

Deste modo, Rosa Cruz descreve a organização educacional dos EUA e da URSS segundo esses componentes, com enfoque na interação inter e intra-sistêmica da educação em relação ao sistema social.

A comparação dos processos de interação entre os setores econômico-educacional (EE) e sócio-cultural (SC) desses países, efetuou-se através da criação de dois modelos que funcionaram como "tipologias contrastantes". A análise foi realizada tendo em vista o ambiente, os fatores de desenvolvimento e o processo de controle e regulação do sistema.

Nos Estados Unidos, de acordo com modelo SC-EE, isto é, o setor sócio-cultural com predomínio sobre o econômico-educacional, a situação apresentou-se da seguinte forma:

a) Ambiente — o ambiente para as linhas de ação da sociedade americana foi criado por idéias e crenças religiosas unidas a princípios democráticos de autogoverno que definiram, desde o início da colonização, a filosofia da organização política daquele país, com bases culturais originárias da Europa.

Tendo como respaldo a cultura de origem, foi estabelecido, nos EUA, um governo democrático, com ênfase nas relações sociais e culturais, cuja filosofia que orienta essa sociedade é coerente com a política decorrente da interação entre sociedade e cultura.

b) Fatores de desenvolvimento — os setores econômico e educacional foram mantidos em estreita relação por influência dos princípios religiosos que tinham por finalidade "tornar o indivíduo um elemento que participa da prosperidade da comunidade através da prosperidade particular." A educação e o trabalho eram instrumentos para o alcance dessa meta.

Com o passar do tempo perdeu-se a influência da religião, ocorrendo,

assim, algumas modificações no processo de interação entre economia e educação. Esta, não perdendo de vista seus objetivos voltados para a "formação integral do homem no sentido metafísico de um lado e pragmático de outro", foi programada para adaptar o indivíduo às atividades de produção.

Embora a economia tenha se mantido em comunicação recíproca com o ensino médio, não foi aí que aconteceu sua mais estreita vinculação com a educação formal, na área vocacional e técnica e, sim, no ensino superior e na formação de operários e técnicos.

- c) Controle e regulação do sistema — segundo afirmação de Rapoport, quanto mais complexo o sistema mais variáveis são necessárias para descrevê-lo. E assim acontece com o sistema social americano que, por se tratar de um sistema complexo, torna difícil a análise do processo de interação entre os setores que o compõem.

O controle do processo de interação entre as variáveis de cada setor e entre os setores constituiu um problema devido à falta de controle direto do comportamento e das idéias dos indivíduos. Daí constatou-se que as bases filosóficas que têm sustentado a unidade do sistema americano e o dinamismo da sua sociedade apresentam-se debilitadas, em virtude da "falta de interesse e de participação da comunidade no controle dos aspectos econômicos e educacionais, e de maior participação na vida política da Nação". Acontece que nem todo o povo considera mais a educação como instrumento para revitalização dos ideais e princípios democráticos. Além disso, o enfraquecimento da prática religiosa na família é um fator que tem contribuído para a crise da ética e da moral entre os americanos, segundo a opinião de alguns autores.

Rosa Cruz julgou relevante considerar que alguns processos de interação existentes funcionam como controle da organização social e que, sendo importantes para o americano, podem ser mobilizados para "imprimir um novo rumo à filosofia educacional do país, cada vez mais neutra e permissiva." A autora cita as associações, os intercâmbios culturais, a troca de informações, os meios de comunicação de todo o tipo, as relações entre a esco-

la e comunidade, as passeatas pacíficas de protesto, as reivindicações coletivas e a liberdade de imprensa.

Na União Soviética o setor econômico-educacional atua com preponderância sobre o sócio-cultural e a situação também pôde ser avaliada à luz dos aspectos ambientais, dos fatores de desenvolvimento e do processo de controle e regulação do sistema, da seguinte forma:

- a) Ambiente — observou-se que, anteriormente à revolução de 1917, a crença no poder da educação para o desenvolvimento não era algo que estivesse impregnado na mente do povo soviético como um todo. O clima dessa crença fora preparado por uma elite intelectual que, tendo assumido o poder, rompeu, violentamente, com a tradição cultural e com os valores das gerações passadas para formar uma nova sociedade utilizando-se da economia e da educação. Para isso, a política educacional teve como objetivo "modelar as mentes vivas e moldar as que estivessem por nascer", enquanto a economia visava qualificar o indivíduo e dar-lhe condições para que, de acordo com sua capacidade, pudesse contribuir para o desenvolvimento da Nação. A educação e a economia foram, assim, instrumentos para o desenvolvimento de um programa sócio-cultural segundo a ideologia adotada. E o movimento de revitalização dos valores morais e éticos derivados dessa ideologia, imposta, continua, ainda hoje, sob a liderança daquela elite.
- b) Fatores de desenvolvimento — a ideologia do regime soviético serviu-se, prioritariamente, da educação na "movimentação da compreensão e do ânimo do proletariado", tendo em vista desenvolver o setor econômico para que este pudesse sustentar um programa sócio-cultural, segundo seus moldes. Desta forma, a educação foi programada para o trabalho, com ênfase no treinamento de técnicos e operários e na formação profissional e técnica de jovens, no que se refere à parte prática, em prejuízo da educação geral. Aos bem-dotados foi reservado o treinamento para as lideranças em todos os setores do sistema com o objetivo de colocá-los a serviço do Estado.
- c) Controle e regulação do sistema — Rosa Cruz cita Seymour Rosen

para explicar o processo de controle e regulação do sistema soviético: "quanto mais organizado o sistema, melhor equipado está para resistir às perturbações na perseguição a um objetivo escolhido".

Enquanto o setor econômico-educacional promove o bem-estar do povo e satisfaz as aspirações educacionais de acordo com a filosofia do regime, o setor sócio-cultural torna-se engodo para o fortalecimento das idéias, e os princípios morais e éticos da filosofia do materialismo-dialético são realimentados, constantemente, através da doutrinação e da prática. Assim, "a organização se mantém coesa, e a cultura passa a ser delineada segundo os parâmetros da ideologia". O ponto de estrangulamento, conseqüentemente, encontra-se no setor cultural, que adequa-se ao regime autoritário, buscando evitar transtornos no alcance das metas programadas para a cultura, embora não seja compatível com o processo de doutrinação numa sociedade livre.

A educação, cerceada no âmbito dessa cultura, não tem condições para fortalecer o setor cultural.

Rosa Cruz identificou formas de controle do sistema no incentivo dado aos bem-dotados, no prestígio e condições excelentes de trabalho propiciadas aos cientistas e tecnólogos e nos altos salários pagos aos operários. Outra sistemática que o Estado utiliza para exercer o controle e regulação do sistema está nas associações, cooperativas e na participação das comunidades nas decisões locais, das públicas e da União.

Na análise comparativa dos dois países, a autora concluiu que ambos, embora por caminhos diferentes, construíram sua independência política e econômica: os EUA adotando uma política pluripartidária e a URSS, uma política unipartidária. Acredita-se que fatores como as peculiaridades geográficas, a variedade étnica da população e, principalmente, a determinação de cada povo em alcançar seus objetivos, além da crença no poder do homem em traçar o seu destino tenham contribuído para o desenvolvimento dessas nações.

Neste contexto, a educação desempenhou papel de fundamental importância, tendo sido considerado por ambos como organização social que interage com o meio.

No entanto, funcionou de forma diversa em cada um desses países, em virtude das divergências ideológicas, onde justamente encontram-se as diferenças dos dois sistemas.

Nos EUA, através de um sistema descentralizado, grande parte das escolas obtiveram maior autonomia, favorecendo, assim, uma interação espontânea com a comunidade.

Na União Soviética, a escola tem autonomia administrativa, contando com a participação e colaboração da comunidade, mas subordinada a um poder central que impede a diversificação das idéias, estabelecendo currículos padronizados. E aí encontra-se um aspecto significativo na maneira distinta desses dois países conduzirem a educação. "Se por um lado há igualdade quanto à flexibilidade horizontal e vertical entre níveis e graus e entre cursos, a flexibilidade curricular só existe nos Estados Unidos e, na União Soviética, apenas para os superdotados".

Segundo Rosa Cruz, a autonomia da escola comprova sua harmonia com o setor sócio-cultural, que reflete os reais valores de uma sociedade. A escola terá autonomia parcelada, caso o direcionamento desse setor seja determinado pelos objetivos econômicos em interação com a educação, não podendo, assim, servir como "agente de transformação cultural no aspecto em que a cultura é compreendida como a expressão dos valores espirituais de uma sociedade".

No caso dos países analisados percebem-se falhas no que diz respeito, por um lado, à restrição da liberdade de pensamento, e por outro, ao enfraquecimento da prática dos princípios democráticos e à perda do processo de interação escola-comunidade. Quanto à interação da organização escolar com o setor econômico, embora com objetivos divergentes, pôde-se constatar sua existência: nos EUA acontece de modo assistemático, na URSS seguindo um esquema "quase científico". Perce-

heu-se, neste último, os efeitos dessa interação recíproca na forte relação entre os resultados do desenvolvimento e os avanços no setor educacional. O governo exerceu controle sobre a educação formal e o treinamento dos operários e, da mesma forma manipulou o setor produção e serviços forçando uma interação direta e dirigida. O mesmo não ocorreu nos EUA, que dedicaram mais atenção à educação geral e vocacional do que à formação de técnicos. Contudo, ambos os países concorrem para o envolvimento de maior número de pessoas nos programas de educação formal e não-formal, tornando cada vez mais positivos os indicadores de desenvolvimento social.

Na análise da educação no contexto do desenvolvimento social brasileiro, em confronto com os EUA e a URSS, Rosa Cruz não optou pelos critérios estruturais usados para os dois países. Julgou, por um lado, impossível conseguir total imparcialidade na análise do próprio país, como recomendam os métodos científicos aplicados à Educação Comparada, e por outro, desnecessário adotar o método descritivo para o sistema nacional nos mesmos moldes daquele utilizado para os dois países estrangeiros.

A autora optou, então, por continuar com a abordagem sistêmica, com enfoque na interação e por ela tornar viável o **nexus causal** imprescindível à compreensão das causas dos rumos do sistema. Nessa perspectiva, dispensou a utilização das variáveis sistêmicas por serem descritivas e por configurar o Brasil como elemento em oposição no processo de comparação.

Após ter apontado as razões pelas quais o tratamento dado ao Brasil divergiu daquele dado aos EUA e URSS, Rosa Cruz esclarece os aspectos considerados no estudo relativo ao sistema nacional, passando, em seguida, a algumas reflexões sobre o desenvolvimento social brasileiro.

Serviu de pano de fundo para sua análise a divisão da sociedade brasileira em duas matrizes sócio-culturais que se definiram desde o início da colonização e se superpuseram: A primeira originou-se de um "longo processo de transplante de cultura européia, não só do ponto de vista intelectual, como de hábitos e costumes em voga no além-mar, desenvolvendo-se um processo de aculturação homogêneo, segundo o rit-

mo evolucionário da sociedade de origem, e que foi reforçado por uma educação sumamente literária e descomprometida com os valores nativos."

A segunda, considerada autóctone, "formada à sombra da primeira, mas enxertada por tradições africanas e portuguesas — mais africanas que outra qualquer — desenvolveu-se espontaneamente, sem pressões ou controle (ausência da educação formal), mesclando hábitos e costumes, criando padrões culturais compósitos, completamente diferentes dos herdados da Europa, respondendo por uma diversidade cultural ampla segundo as condições ambientais, o predomínio racial e a natureza das relações de trabalho com a outra matriz".

Entre outras considerações, observou que as distorções existentes no desenvolvimento do Brasil denunciam a ausência de suporte ideológico consistente, com o objetivo humano do desenvolvimento. Todavia, de 1930 até nossos dias, vem apresentando transformações significativas, mas sem alterar aspectos substanciais da sociedade, levando a um questionamento sobre o verdadeiro significado deste desenvolvimento.

Partindo do pressuposto de que para haver desenvolvimento em um país é necessário uma população com educação suficiente para assegurar seu progresso, a autora crê que o quadro social, econômico, político e cultural brasileiro não se coaduna com os princípios constantes da Constituição e dos documentos oficiais, tendo em vista o alto índice de analfabetismo existente. Daí, entendendo o desenvolvimento como um processo de interação sistêmica entre os setores sociais, dinamizada por uma política centrada no homem, questiona se o Brasil seria um país em desenvolvimento. Acredita-se ser um país em via de desenvolver algum setor e, neste contexto, analisa a situação do setor educacional brasileiro sob o enfoque histórico da sua relação com o meio e do papel que tem desempenhado ao longo dos anos.

Ao confrontar o modelo brasileiro com os resultados do estudo dos sistemas americano e soviético, Rosa Cruz chegou à conclusão de que, no Brasil, além de ser reduzida a interação da escola com o meio, não há interação harmônica entre os blocos de fatores sócio-cultural e econô-

mico-educacional, como nos EUA e URSS.

Esses países, apesar de apresentarem filosofias e contextos políticos divergentes que, conseqüentemente, alteram a ordem da interação entre e dentre os referidos blocos de fatores, apresentam semelhanças no resultado da educação por considerá-la fundamental para a realização de seus objetivos. Enquanto lá as determinantes políticas apresentam-se fortes e coerentes com os princípios defendidos pelo povo, no Brasil, esses princípios são defendidos não pelo povo, mas por uma elite privilegiada, resultando numa coerência política de dominação que favorece a segregação econômica e social, com desníveis culturais e educacionais, impossibilitando, assim, a interação.

Retomando a afirmação de ter sido a sociedade brasileira bipartida em dois espaços sócio-culturais, Rosa Cruz compara a primeira matriz com o modelo norte-americano quanto à semelhança no predomínio do fator sócio-cultural sobre o econômico-educacional. A organização social brasileira resultou de determinantes sócio-culturais européias, como ocorreu nos EUA. Porém a diferença encontra-se no tipo de filosofia política e religiosa adotada por cada um deles, definindo-se, no Brasil, um governo autoritário e paternalista, desestimulador de qualquer iniciativa de associatividade.

Em oposição ao caráter democrático da sociedade americana desde o início da sua formação, no Brasil definiu-se uma sociedade elitista que usou educação para manter seu poder político e econômico. Na URSS permanece o mesmo princípio autocrático, objetivando, porém, a manutenção do poder da elite política para assegurar a ideologia unipartidária.

Segundo a autora, a educação no Brasil não desempenhou papel relevante na formação democrática do povo porque este, sendo sujeito

a sucessivas ditaduras que impediram o exercício da liberdade democrática, nunca teve chance de pensar por si mesmo, de errar ou acertar em comum.

Finalmente, Rosa Cruz propõe um modelo para renovação da sociedade brasileira, afirmando a necessidade de se conceber a educação como organização social, por ser agudo o problema social e ter relação direta com a fragilidade do setor educacional. Pensou num modelo que surtisse das mais profundas necessidades e aspirações do povo brasileiro e servisse para corrigir a enorme falha do sistema atual: a inexistência da interação sistêmica e, conseqüentemente, a ausência do processo democrático. Seria um modelo cujo interesse estaria centrado no homem e na sociedade; a cultura e a economia seriam o resultado de uma política de ação democrática participativa.

Rosa Cruz acredita que a concretização desse modelo vai depender do "interesse por uma educação preocupada com o desenvolvimento integral da juventude brasileira, e não com o crescimento econômico do país", pois, segundo Fernando de Azevedo, é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção. Encerrando seu trabalho, deixa o questionamento: "Como mudar? Como realizar a grande arrancada para essa transformação? Como fazer brotar a crença no ser humano, no seu poder transformador? Como alterar a moral brasileira individualista, corruptível e apaixonada pela dominação? Que ideologia poderia fazer nascer uma crença no novo homem brasileiro e na formação de uma nova sociedade? Que tipo de liderança poderia surgir para o arranque inicial do processo?"

A autora coloca na História a resposta para tais incógnitas, cujo teor dependerá da educação que se der ao povo brasileiro. (Cleusa Maria Alves)